

ENDOWMENT DA POLI TEM APOIO DA MÍDIA, MAS SEU "LADO B" SEGUE OBSCURO

Flávia Teles e Pedro Estevam da Rocha Pomar
Equipe da Revista Adusp

QUEM SOMOS?



QUAIS INSTITUIÇÕES ESTÃO ENVOLVIDAS?

O Endowment da Escola Politécnica da USP é uma instituição sem fins lucrativos criada e mantida pela comunidade politécnica, representada por professores, alunos, ex-alunos e funcionários da Poli, além de outros convidados. Veja quem são as principais entidades beneficiárias da iniciativa.

ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

Uma das mais antigas e conceituadas instituições de ensino superior do Brasil, referência mundial de ensino e pesquisa em todos os campos da engenharia.



GRÊMIO POLITECNICO DA USP

Uma das mais antigas e importantes organizações de representação estudantil do País, há mais de



*O fundo de captação de recursos criado em 2011 pela direção da Escola Politécnica da USP ganhou notoriedade e apoio da mídia comercial, por suas intenções supostamente modernizadoras. O diretor declara que a unidade não dispõe de recursos públicos que sustentem uma expansão à altura. Mas aspectos como a privatização do setor público, a necessidade de institucionalização do **endowment** e a multiplicidade de papéis das personalidades que lideram o fundo têm sido deixados de lado. Criado à revelia do Conselho Universitário e demais colegiados, o **endowment** suscita muitas dúvidas*

O nascimento do *endowment* da Escola Politécnica, ou EEP, fundo patrimonial privado que se propõe a financiar o crescimento dessa unidade da USP por meio da “manutenção de um fundo perpétuo com recursos que geram renda contínua para a conservação e a expansão das atividades da Escola, trazendo grandes benefícios a todos”, foi marcado por algumas atitudes intrigantes dos seus mentores.

A autoria da idéia parecia, a princípio, indeterminada. Porém, depois de algumas semanas, ficou claro que os principais protagonistas de sua criação são o diretor da Poli, professor José Roberto Cardoso, e a empresa *Endowments* do Brasil, cabendo ao Grêmio Po-

litécnico, ao que tudo indica, o papel de coadjuvante no enredo. A criação do fundo deu-se à revelia da Congregação e do Conselho Universitário, não havendo notícia sequer de comunicação do fato a esses colegiados.

O EEP é apresentado como “uma ferramenta de sustentabilidade” a serviço da Poli. Sua página eletrônica oficial (eepolitecnica.org.br) informa que nos próximos anos os recursos que vierem a ser captados serão destinados a bolsas de estudos, à infraestrutura, ao acervo bibliográfico, à vida acadêmica, aos “talentos e pesquisa”, às equipes que participam de competições nacionais e internacionais, à prática esportiva. Pretendem seus idealizadores que o EEP chegue ao final de 2012 com patrimônio de R\$ 25 milhões, com resgates anuais de R\$ 1,5 milhão.

No primeiro semestre de 2011, foram realizadas breves exposições com a finalidade de apresentar o novo fundo aos departamentos da Poli. Destinado a investir no mercado de capitais os recursos captados, o EEP “foi constituído sob a forma de associação, com obrigação de tornar-se fundação ao atingir um patrimônio de R\$ 50 milhões, para que passe a ser supervisionado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo”, como se lê em folheto distribuído na época. Ao atingir esse patamar, o *endowment* se enquadraria na legislação como uma “organização da sociedade civil de interesse público” (Oscip), passando a atrair doações de empresas por meio de incentivos fiscais garantidos aos doadores pelo... Estado.

Recursos Financeiros: Orçamento Executado da USP (em R\$)					
Unidades de Ensino e Pesquisa	2005	2006	2007	2008	2009
Valores recebidos pela Poli	85.195.864	87.349.822	96.833.056	109.298.735	122.458.396
Orçamento Executado nas Unidades	1.054.766.352	1.105.177.396	1.477.406.637	1.362.585.747	1.855.906.526
Cota da Poli em relação ao orçamento global	8,07%	7,90%	6,55%	8,02%	6,59%

fonte: Anuário da USP (2006, 2007, 2008, 2009, 2010)

Certa confusão de papéis marcou o início do funcionamento do EEP. O advogado Felipe Sotto-Maior, por exemplo, inicialmente indicado ao *Informativo Adusp*, pelo diretor da Poli, como “um dos gestores do EEP”, autodefiniu-se como “colaborador do projeto”, mas foi denominado mais tarde “consultor do *endowment*” pelo Jornal Nacional (JN) da TV Globo (9/6). Posteriormente, *O Estado de S. Paulo* designou-o como “diretor da empresa *Endowments* do Brasil, responsável pelo projeto” (26/7). Já o professor Cardoso, que em maio negou entrevista ao *Informativo Adusp* a pretexto de que o fundo seria “uma iniciativa de alunos e ex-alunos e não da diretoria”, dois meses depois passou a acumular os cargos de diretor da Poli e... diretor do EEP.

“De alguma maneira, o fato de aceitar ou não a doação é um critério da USP. Nesse sentido pode ser complicado o diretor da escola fazer parte do *endowment*”, comenta o professor Hélio Morishita, do Departamento de Engenharia Naval, a propósito de tal concomitância de papéis na unidade. “Seria mais interessante haver um organismo independente que propusesse algumas coisas para a USP”.

“Se quisermos ser uma universidade de classe mundial, vamos ter que buscar recursos externamente”, diz o diretor da Poli. Tal discurso de autonomização perante o orçamento público levou a Adusp a indagar: “Será que a Poli pretende declarar independência?”

Em entrevista ao JN, o professor Cardoso declarou que o Estado precisa investir em várias áreas da educação e que, por conta disso, não pode canalizar toda a verba para as universidades públicas. “Então, se quisermos ser uma universidade de classe mundial, vamos ter que buscar recursos externamente”, alegou o diretor da Poli. Daí o *endowment*. Esse discurso de autonomização perante o orçamento público levou a Adusp a indagar: “Será que a Poli pretende declarar independência?” (*Informativo Adusp* 329).

“Universidade de classe mundial” é a expressão-chave: ela aparece também nas declarações de Sotto-Maior, da *Endowments* do Brasil. O advogado, que atua como garoto-propaganda do EEP nas apresentações aos departamentos da Poli, faz uma conta audaciosa para justificar a captação de doações: “A luta pela participação da Universidade na divisão das receitas tributárias é uma luta perene, que devemos levar sempre adiante, mas a modernização de que a universidade precisa e precisará, para se tornar uma universidade de classe mundial nos próximos anos, exigiria que o orçamento fosse multiplicado, no mínimo, por cinco vezes. Conciliar a universalização do ensino com a qualidade do ensino requer muito mais recursos do que existem hoje”.

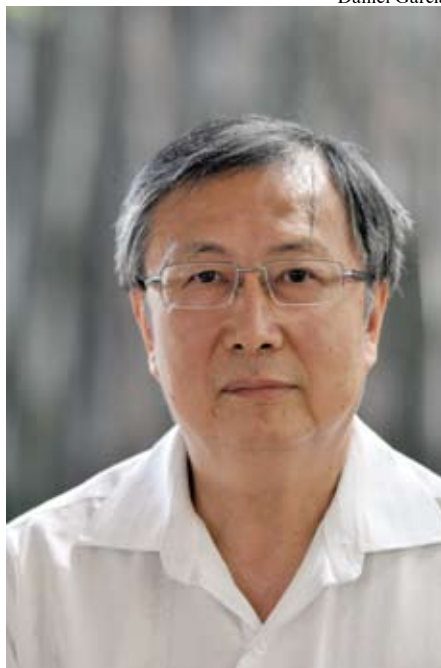
O EEP tornar-se-ia, desse modo, a salvação face à insuficiência de recursos orçamentários para o ensino superior público. Contudo, para o professor aposentado Ademar Ferreira, da Poli, a doação à universidade pública é bem vinda, mas deve entrar e ser gerenciada de modo idêntico às outras verbas. “Não acredito que o *endowment* seja uma necessidade. Em princípio as verbas públicas destinadas à universidade

deveriam ser suficientes para atender a todas as suas necessidades. No entanto, sabemos que podem não ser. Nesse caso, o que se pode fazer é reivindicar maiores verbas, não só para o ensino superior como para toda a educação”, propõe.

Apesar de o fundo de captação ter sido criado em função da alegada escassez de recursos públicos, a Poli normalmente recebe o segundo maior repasse orçamentário da USP às suas escolas, faculdades e institutos, sendo que o primeiro pertence à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). De acordo com os anuários da USP, em 2005 a Poli recebeu R\$ 85,195 milhões (8% do orçamento executado pela universidade nas unidades de ensino); em 2006, R\$ 87,349 milhões (7,9%); em 2007, R\$ 96,833 milhões (6,5%); em 2008, R\$ 109,298 milhões (8%); e em 2009, R\$ 122,458 milhões (6,5%). Portanto, de 2005 a 2009 ela consumiu anualmente entre 6,5% e 8% do investimento realizado pela USP nas suas unidades de ensino.

Constata-se que a Poli não pode se queixar de orçamentos magros, em relação às demais unidades da USP. Apesar da crise econômica, em 2008 a unidade recebeu R\$ 12,465 milhões a mais do que no exercício anterior (variação de 12,87%); em 2009 recebeu R\$ 13,159 milhões a mais (variação de 12%). Assim, embora eventualmente sua cota no Orçamento da USP oscile para baixo em termos percentuais, a evolução dos montantes absolutos que lhe são repassados situa-se bem acima da inflação. Entre 2005 e 2009, seu orçamento cresceu 43,73%; entre 2007 e 2009, o índice é de 26,46%.

Daniel Garcia



Professor Hélio Morishita

O professor Hélio Morishita questiona a necessidade do endowment: “Se a pessoa quer fazer uma doação, que doe diretamente para a USP”. Na sua opinião, a Associação dos Politécnicos já cumpria a função de captar recursos fora, “sem essa pomposidade”

O professor Morishita manifesta estranhamento à criação do EEP, por já haver estruturas semelhantes de arrecadação de recursos dentro da Poli, como a Associação dos Engenheiros Politécnicos (AEP). “Eles fazem algumas reuniões técnicas, ações sociais, ajudam alunos

a conseguir bolsas. Ou seja, o *endowment*, sem toda essa pomposidade, já existia. Não tem as pretensões financeiras desse novo *endowment* que foi criado, mas se você quiser ver quanto eles movimentam, é público. É só entrar no site e olhar o balanço”. O professor da Engenharia Naval questiona a necessidade do EEP: “Se a pessoa quer fazer uma doação, por que não fazer uma doação direta então? Que doe diretamente para a USP”.

Na opinião do professor, ainda, há pontos do EEP que exigem maior esclarecimento. “Sei que vai haver transparência dos recursos utilizados, mas se me perguntarem hoje quem vai gerir esse dinheiro eu não sei. Não está claro. Vai ser uma pessoa? Vai ser um colegiado? Quem são essas pessoas e como essas pessoas foram escolhidas para fazer o gerenciamento do dinheiro?”

A Revista Adusp entrou em contato com a aluna Danielle Gazarini, presidenta do Grêmio Politécnico, para que ela respondesse a tais questões. Danielle, que divide a direção do EEP com o professor Cardoso, negou-se a atender à reportagem. Ele também foi procurado. “Vocês já escreveram tudo que sabiam a respeito desse assunto nas matérias anteriores”, reagiu, referindo-se ao *Informativo Adusp*. “Eu não tenho mais nada a declarar. Estou sem tempo”, acrescentou com rispidez, encerrando a breve conversa telefônica.

O surgimento do *endowment* da Poli foi alardeado com simpatia pela mídia comercial, que ignorou, porém, as questões legais envolvidas. É sintomático que, ao ser indagado



Professor Gustavo Justino de Oliveira

sobre a institucionalização do fundo na USP, Sotomaior tenha preferido esquivar-se e sair pela tangente: “A Escola não tem nenhum ônus, é apenas beneficiária. O EEP tem a mesma natureza jurídica de centros acadêmicos, grêmios, sindicatos e outras associações de docentes, alunos, ex-alunos etc”.

A criação de um fundo de captação de recursos privados e públicos na USP à revelia dos colegiados “é ilegal, ensejando responsabilidades de ordem funcional, cível e criminal aos envolvidos”, declara o professor Gustavo Justino de Oliveira, da Faculdade de Direito (FD-USP), onde ministra a disciplina Direito Administrativo. Ele afirma, no entanto, que é levado a crer que o EEP não faz parte da Escola Politécnica já que não foi criado pela USP, “pois, para isso, deveria haver um ato oficial universitário de criação e instituição deste fundo, com apreciação pelo Conselho Universitário e pela Comissão de Orçamento e

Patrimônio (Estatuto da USP, artigo 12, incisos III, IV, caput e §4º; artigo 13, incisos II e IV, entre outros)”.

“A Poli não teria autonomia suficiente para decidir pela criação de um fundo de endowment sem prévia discussão e tomada de decisão favorável pelos órgãos de cúpula da USP”, esclarece o docente Gustavo Oliveira (FD)

Nada impede a criação de um *endowment* não integrante da estrutura da USP de forma autônoma; mas, se a entidade é parceira da Escola Politécnica, o processo de criação torna-se ilegal, entende o professor Oliveira, que é também especialista em Direito Público e do Terceiro Setor. “A Poli é unidade da USP, portanto não teria autonomia suficiente para decidir pela criação de um fundo de *endowment* sem prévia discussão e tomada de decisão favorável pelos órgãos oficiais de cúpula da USP, nos termos do seu Estatuto”, esclarece.

Uma vez que o fundo é entidade parceira da Poli, há necessidade de formação de um vínculo de colaboração entre estas, “o que parece ainda não ter sido firmado — e que também dependeria de ciência e decisão prévia dos órgãos de cúpula da USP, e não exclusivamente da Poli, unidade da USP”. De qualquer modo, como não teve acesso

a documentos oficiais, o professor adverte que suas considerações são emitidas “em tese”.

No Brasil não existe legislação específica para criação, constituição e gestão de *endowments*, nem para entidades privadas nem para públicas. “Esta é uma prática e realidade estrangeira, sobretudo anglo-saxônica, que agora começa a ser discutida no Brasil no âmbito do Terceiro Setor. Há fundações e associações privadas não lucrativas que criaram ou estão em vida de criar este tipo de fundo patrimonial, mas isso ainda é muito incipiente”, destaca Oliveira.

A revista *Veja* celebrou o lançamento do EEP na reportagem “Um elo com o mercado” (22/6). Nela se lê que na USP “qualquer nova aquisição — até mesmo fruto de doações — precisa ser submetida à lei de licitações”. Tal informação não procede. O Estatuto da Universidade, artigo 22, III, dispõe que quando legados e doações forem “clausulados” haverá deliberação pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) sobre a aceitação pela USP. O manual de administração patrimonial elaborado pela Subcomissão de Patrimônio conceitua “doação clausulada” como “entrega gratuita de direito de propriedade, constituindo-se em liberalidade do doador, cuja utilização e/ou destinação encontra-se estabelecida no respectivo termo de doação”. Em suma: não há necessidade alguma de publicação de edital pela USP para posterior aceitação de doações de terceiros, sendo necessário no máximo o procedimento de deliberação pela COP quando se tratar de “doação clausulada”.